O empresário não pode pagar, mais uma vez, a conta do governo

Nota pública da CACB sobre o projeto de ajuste fiscal do governo (PLP nº 299/2026)

A Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), porta-voz de cerca de 2 milhões de empresas, reunidas em 27 federações e mais de 2.300 associações comerciais, vem a público manifestar sua preocupação com o Projeto de Lei Complementar nº 299/2026, o pacote de ajuste do governo em análise no Senado. Mais uma vez, a conta foi entregue a quem produz: o empresário, que já paga impostos, gera emprego e sustenta a economia.

Das quatro medidas que o relator lista para as contas de 2027, três recaem sobre as empresas e apenas uma corta gastos. O corte é só uma autorização ao governo e, segundo o próprio relator, "não é permanente"; já o aumento de imposto é obrigatório e não tem prazo para acabar. Para quem produz, a conta chega com valor e data marcada. Para o governo, fica para depois.

E ela chega no pior momento, com recorde de empresas com dívidas em atraso e crédito caro. O projeto ainda permite ao governo travar, por decisão própria, o uso do imposto pago a mais, um direito reconhecido em lei, o que pode levar a empresa ao banco, a juros altos, para pagar imposto que já estava coberto. E encarece de novo o lucro presumido, castigando justamente quem cresceu além do Simples e gerou empregos.

Quem paga é quem emprega: os pequenos negócios responderam por quase seis em cada dez empregos formais criados no primeiro semestre, segundo o Sebrae. Imposto em excesso vira vaga que não abre, salário que não cresce e

preço maior, e a conta chega ao trabalhador duas vezes: no emprego e no preço.

O ajuste deve começar pela responsabilidade de quem administra o dinheiro público, e não pelo sacrifício de quem sustenta a economia. Neste ano, o painel Gasto Brasil já registra quase R$ 5 trilhões em gastos públicos. A CACB defende reforma administrativa, combate ao desperdício e o fim dos supersalários escrito na lei, e pede ao Congresso a retirada da trava sobre os créditos das empresas (art. 6º-F). A CACB e suas federações estão mobilizadas no Senado, em diálogo com as demais confederações, e seguirão na Câmara se o texto avançar. Quem produz pode contar com a CACB.

Quem produz já pagou a sua parte.
Agora é a vez do governo cortar gastos.

Brasília, 12 de novembro de 2026.

Alfredo Cotait Neto
Presidente da Confederação das Associações Comerciais
e Empresariais do Brasil (CACB)